

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.762 - AM (2018/0318028-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MARIA LENISE MAFRA NEGREIROS
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS E OUTRO(S) -
AM005641
TATIANE MEDINA OLIVEIRA - AM006336
AGRAVADO : KARINA PACHECO MAIA
ADVOGADO : JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA - AM005254

DECISÃO

1. Cuida-se de **agravo em recurso especial** interposto por MARIA LENISE MAFRA NEGREIROS de decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, apresentado contra o v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas assim ementado:

"EMENTA : DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - LIMITES RECURSAIS - EXTENSÃO - EXECUÇÃO - RETENÇÃO DE VALORES - PERCENTUAL - ADEQUAÇÃO :

- A análise recursal deve se limitar à decisão impugnada, não cabendo, no presente recurso, discutir matéria meritória, que poderá ser devolvida mediante o recurso cabível à espécie.

- O percentual de 25% (vinte e cinco por cento) a incidir sobre os proventos de aposentadoria e sobre os vencimentos do cargo que a agravante exerce na Casa Civil do Estado se mostra mais adequado à sua situação econômica e financeira, devendo ser dado parcial provimento ao recurso.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." (fl. 782)

Opostos embargos de declaração contra o acórdão estadual, foram rejeitados (fls. 820827).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação dos arts. 833, IV, 926 e 927 do Código de Processo Civil de 2015, bem como divergência jurisprudencial, alegando, em síntese, a impenhorabilidade absoluta dos vencimentos e proventos de aposentadoria.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 1.721/1.726).

É o relatório. Decido.

2. Os autos dão conta de que, proposta ação de execução de título extrajudicial contra a ora recorrente, e julgados improcedentes os embargos à execução,

restou determinada, após a busca infrutífera por outros bens ou valores, a penhora do percentual de 30% dos vencimentos e proventos de aposentadoria da executada (fls. 22/24).

O eg. Tribunal de origem, examinando a questão controvertida, entendeu pela manutenção da constrição sobre as verbas salariais da executada, mas reduziu o percentual de penhora para 25%, decidindo à base da seguinte fundamentação;

"A decisão que aqui se discute diz respeito unicamente à possibilidade de retenção de valores necessários ao pagamento da dívida executada. Qualquer outra alegação deverá ser enfrentada em eventual recurso de apelação aventado contra a sentença que julgou os embargos à execução.

Portanto, os limites recursais se restringem à determinação de que A) seja depositado em juízo, em conta vinculada junto à CEF, de 30% da aposentadoria (AMAZONPREV, Lotação 025.003.000.000 - Aposentados SEDUC, Grupo 13), até ulterior deliberação, ou satisfação integral do débito, e; B) Quanto ao salário junto à Casa Civil, determino a retenção do percentual de 30%, o qual deverá ser depositado também junto à conta judicial vinculada a este juízo, até ulterior deliberação, ou satisfação integral do débito.

Entendo que a determinação de retenção de valores se mostra adequada, já que se trata de execução alicerçada em títulos hábeis para tanto, dotados de certeza, liquidez e exigibilidade, e ante a resistência da devedora em quitar sua dívida.

Quanto ao montante fixado, constato que nesse particular, deve ser dado parcial provimento ao recurso com o único fim de reduzir, por mais condizente com a situação de aposentada da agravante, que possui necessidades específicas atinentes à sua idade avançada, para 25% (vinte e cinco por cento) o depósito referente à aposentadoria e também a 25% (vinte e cinco por cento) a retenção concernente ao salário junto à Casa Civil." (fl. 785 - grifou-se)

Na espécie, verifica-se que o acórdão recorrido não destoia do entendimento atualmente firmado por esta Corte.

Com efeito, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp 1.582.475/MG, da relatoria do em. Ministro BENEDITO GONÇALVES, firmou o entendimento de que a regra geral de impenhorabilidade de vencimentos pode ser excepcionada a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional, desde que observado percentual capaz de assegurar a dignidade do devedor e de sua

família. O acórdão em questão encontra-se assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/73, ART. 649, IV. DÍVIDA NÃO ALIMENTAR. CPC/73, ART. 649, PARÁGRAFO 2º. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

1. Hipótese em que se questiona se a regra geral de impenhorabilidade dos vencimentos do devedor está sujeita apenas à exceção explícita prevista no parágrafo 2º do art. 649, IV, do CPC/73 ou se, para além desta exceção explícita, é possível a formulação de exceção não prevista expressamente em lei.

2. Caso em que o executado auferia renda mensal no valor de R\$ 33.153,04, havendo sido deferida a penhora de 30% da quantia.

3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. **A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais.**

4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente.

5. **Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e de seus dependentes.**

6. **A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.**

7. **Recurso não provido.**" (julgado em 3/10/2018, DJe de 16/10/2018)

No mesmo sentido, entre outros, os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE

VENCIMENTOS. ART. 649 DO CPC/1973. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

1. Caso em que o acórdão recorrido consignou que o salário, soldo ou remuneração são absolutamente impenhoráveis, nos termos do art. 649, IV, do CPC/1973 (833, IV, do CPC/2015).

2. A Corte Especial do STJ, recentemente, por maioria, adotou o entendimento de que a regra geral da impenhorabilidade de salários, prevista no Código de Processo Civil, pode ser excepcionada quando for preservado percentual capaz de dar amparo à dignidade do devedor e de sua família (REsp 1.582.475/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 16/10/2018). Conforme consignado na ementa da orientação vencedora: "A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais. 4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente. 5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes".

4. Recurso Especial provido para afastar a conclusão acerca da impenhorabilidade absoluta dos soldos, determinando o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal regional prossiga no julgamento do feito, como entender de direito."

(REsp 1.730.317/RJ, Rel. **Ministro HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/3/2019)

"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE VALORES EM CONTA SALÁRIO. EXCEPCIONAL POSSIBILIDADE. QUESTÃO A SER SOPESADA COM BASE NA TEORIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL.

1. Controvérsia em torno da possibilidade de serem penhorados

valores depositados na conta salário do executado, que percebe remuneração mensal de elevado montante.

2. A regra geral da impenhorabilidade dos valores depositados na conta bancária em que o executado recebe a sua remuneração, situação abarcada pelo art. 649, IV, do CPC/73, pode ser excepcionada quando o montante do bloqueio se revele razoável em relação à remuneração por ele percebida, não afrontando a dignidade ou a subsistência do devedor e de sua família.

3. Caso concreto em que a penhora revelou-se razoável ao ser cotejada com o valor dos vencimentos do executado.

4. Doutrina e jurisprudência acerca da questão.

5. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO."

(REsp 1.514.931/DF, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, DJe de 6/12/2016)

No caso dos autos, o Tribunal *a quo*, examinando as circunstâncias da causa, entendeu como adequado o percentual de 25% dos vencimentos e proventos de aposentadoria da recorrente, o que não foi impugnado no recurso especial.

De qualquer modo, em se tratando de relação jurídica de trato continuado, nada impede a eventual revisão da questão pelas instâncias ordinárias (CPC/2015, art. 505).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial, julgando prejudicado, em consequência, o pedido de efeito suspensivo (fls. 1.771/1.794).

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator